

Reciclando vidas: a força de empreendimentos solidários na integração social pelo trabalho

Recycling lives: The strength of solidarity enterprises in social integration through work

Cristina Clara Ribeiro Parente¹

parente.cris@gmail.com

Ana Mafalda Carvalho Gomes¹

maffagomes@gmail.com

Resumo. O desemprego e a conseqüente multiplicação de pessoas em situação de vulnerabilidade social no Brasil das décadas de 80 e 90 do século XX contribuíram para uma crescente importância da economia solidária e seu reconhecimento político-institucional. Este sistema económico alicerça-se em práticas produtivas autogestionárias baseadas na participação e cooperação dos atores envolvidos, visando à satisfação das suas necessidades. O objeto de análise deste artigo é uma associação cuja missão consiste em integrar socialmente indivíduos por via do trabalho. Através de uma abordagem metodológica de cariz intensivo, caracteriza-se a organização por referência a uma tipologia de empreendimentos da economia solidária e demonstra-se o poder inclusivo do trabalho desenvolvido pela associação, que absorve mão de obra, qualificando-a e dignificando-a.

Palavras-chave: economia solidária, integração social, trabalho, catadores, Brasil.

Abstract. Unemployment and the consequent growth of socially vulnerable people in Brazil during the 1980s and 1990s have contributed to increase the importance of solidarity economy as well as to its political-institutional recognition. This economic system rests on self-managed production and is based on participation and cooperation. Its aim is to satisfy the needs of all actors involved. This article focuses on an association whose mission is to socially integrate individuals through work. By means of an intensive methodological approach, the organization is characterized by using a typology of social entrepreneurship. The analysis also demonstrates the power of the work of inclusion carried out by the association, which takes in manpower to subsequently qualify it and give it dignity.

Keywords: solidarity economy, social integration, work, recyclable material collectors, Brazil.

¹ Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto, Portugal.

Introdução

Sentimos a força de uma organização económica não capitalista com tanta intensidade e entusiasmo, quando do nosso primeiro contato com uma associação de catadores de material reaproveitável no Brasil, que decidimos aprofundar a temática dos “Empreendimentos solidários e integração social pelo trabalho”².

A opção por estudar a economia solidária na vertente brasileira surgiu em 2010 numa altura em que o conceito e a problemática se afirmavam no campo científico em Portugal, com os trabalhos de alguns autores. Entre estes, destacam-se os trabalhos pioneiros de Roque Amaro (2009), que permitiram uma compreensão do fenómeno que entraria em período de sedimentação, sob o prisma da visibilidade mediática e das políticas públicas, a partir de 2013, nomeadamente com a aprovação da Lei de Bases para a Economia Social (Lei n.º 30/2013 de 8 de Maio, aprovada a 15 de março de 2013), onde, no entanto, não prevaleceu a designação nem os princípios da economia solidária, tendo-se optado pelo conceito europeu de economia social.

No Brasil, a economia solidária afirmou-se, enquanto movimento económico alternativo ao modelo capitalista dominante, “com a crise social das décadas perdidas de 1980 e de 1990, em que o país se industrializou, milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando desemprego em massa e acentuada exclusão social” (Singer, 2004, p. 122). Do ponto de vista político, a economia solidária institucionaliza-se em 2003, com a criação, pelo presidente Lula da Silva, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), sob a tutela do Ministério do Trabalho e do Emprego, 10 anos antes da referida lei de bases portuguesa. Justifica-se assim o nosso entusiasmo pela realidade brasileira num momento em que Portugal vive a maior crise económica, com fortes reflexos na contração do emprego e nas políticas sociais do Estado-Providência instaurado pós a revolução de abril de 1974.

Neste artigo, discutimos um estudo de caso realizado numa associação de catadores de material reaproveitável, localizada no Bra-

sil. Trata-se de uma associação promotora da integração social pelo trabalho de pessoas em situação de pobreza económica e vulnerabilidade social.

Existe por todo o Brasil a figura dos catadores de material reaproveitável: indivíduos que, circulando nas ruas a puxar carrinhos de madeira, coletam objetos passíveis de reutilização. Discriminados e importunados durante anos, os catadores resistiram a perseguições policiais e de cidadãos comuns contra a sua ação, associada no início da década de 1980 à marginalidade. Recentemente, esta atividade foi reconhecida como profissão pela Classificação Brasileira de Ocupações, o que possibilitou, para além de um reconhecimento público do grupo, a valorização desta categoria profissional ao nível coletivo nacional.

Esta figura não é, contudo, específica da realidade brasileira. Nos designados países periféricos, o trabalho de catação é um meio de obtenção de rendimento assente no trabalho informal. As suas finalidades envolvem mais a necessidade de integração por via do trabalho do que uma componente de consciência ambiental. A figura do catador do Brasil assemelha-se aos “zabbaleen” da Índia, aos “ferrywallas” de Dhaka no Bangladesh e aos “recicladores” da Colômbia. Embora os mecanismos de atuação sejam variáveis, têm em comum a precariedade das condições de trabalho, o afastamento social e a insuficiência de incentivos das instâncias políticas (Dias, 2002).

No Brasil, a presença destes trabalhadores remonta à década de 1930, tendo-se verificado um aumento dos mesmos entre 1980 e 1990. O perfil destes trabalhadores sofreu alterações ao longo do tempo: se, num primeiro momento, tratava-se de moradores de rua, desprovidos de vínculos sociais, sucedeu que o agravamento do desemprego incitou a que agregados familiares tornassem a catação no seu principal meio de sustento (Dias, 2002). O crescimento de associações e cooperativas de catadores de lixo acompanhou esta tendência em todo o território brasileiro contribuindo para a integração pelo trabalho deste recentemente reconhecido grupo profissional. Porém estas organizações da economia solidária, por

² Este artigo resulta de dois trabalhos sequenciais e complementares: uma dissertação de Mestrado em Sociologia, realizada entre 2011-2012, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, por Mafalda Gomes, intitulada “Empreendimentos solidários e integração social pelo trabalho: o caso da Associação dos Catadores do Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE)” (Gomes, 2012), sob orientação de Cristina Parente; um pós-doutoramento em Administração na Universidade Federal de Minas Gerais desenvolvido por Cristina Parente entre 2010-2012 intitulado “Empreendedorismo social: do contexto político às práticas de implementação. Um estudo comparado Brasil-Portugal” (Parente, 2012).

não serem autossustentáveis nem dotadas de um modelo organizacional coeso e de uma gestão estratégica, limitam-se à separação dos resíduos sólidos, os quais são comprados por sucateiros que, por sua vez, os revendem em volume superior a empresas transformadoras. Com efeito, a mais-valia deste procedimento é investida no sistema capitalista. O sucateiro, também designado por “homem da balança” ou “atravessador”³, constitui o intermediário entre os catadores de lixo e as indústrias de transformação de lixo. Estes e as empresas compradoras dos resíduos são os principais ganhadores nesta rede, enfraquecendo a afirmação financeira deste tipo de cooperativas (Barbosa, 2007).

Neste artigo, propomos, em primeiro lugar, analisar os conceitos e os contextos. Porque o nosso contexto de origem e o nosso espaço de visibilidade teórico é europeu, discutimos a (re)emergência dos movimentos da economia social e solidária na Europa. Em seguida, procuramos caracterizar o movimento de afirmação recente da economia solidária no Brasil, de modo a perceber as raízes fundadoras do movimento como matriz de leitura para o estudo de caso. A associação de catadores ocupa-nos na segunda parte do artigo, em que começamos por procurar compreender em que medida esta organização se aproxima, ou não, do empreendimento da economia solidária entendido no sentido do ideal-tipo weberiano. Para o efeito, usamos o conceito teórico de empreendimentos da economia solidária, inspirado nas propostas de Icaza (2004) e Lisboa (2005), como *standard* interpretativo. Prosseguimos com uma análise da configuração organizacional e gestonária adotada pela associação, questionando-a enquanto mecanismo de inserção social pelo trabalho. Na análise dos traços caracterizadores da promoção da inserção social, examinamos o impacto nas condições de vida dos indivíduos em termos da sua capacitação e empoderamento, mas também a influência dos perfis destes indivíduos nos modelos de gestão da associação, tendo sempre presente a vulnerabilidade em que a mesma se encontra, decorrente igualmente dos constrangimentos externos de dependência económica e de um estatuto político, interventivo e organizacional reconhecido de forma ambígua.

Contextos e conceitos de economia social e de economia solidária

Das origens da economia social e da economia solidária

Embora o reconhecimento da economia solidária seja recente, o que hoje conhecemos como economia solidária é o reflexo de dois séculos de recuos e avanços sucessivos que tornam o debate em torno da sua missão e princípios pouco claro.

No século XIX, surgem as primeiras organizações alternativas ao sistema capitalista dominante, através de um grupo de socialistas utópicos. As mais proeminentes foram o cooperativismo (com destaque para o de consumo), o mutualismo e o associativismo (Quintão, 2004). Durante o século XX, estes movimentos sociais institucionalizam-se e alargam a sua ação sob pressupostos de sustentabilidade económica, da liberdade e da participação dos seus membros nos processos de decisão, bem como da valorização das pessoas sobre o capital. É nesta época que se afirma o conceito de economia social em França.

O período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial foi deveras importante nos países da Europa Ocidental que, na sequência do crescimento económico, instauram o modelo de Estado-Providência. O papel do Estado foi reforçado mediante a prestação de serviços sociais de larga abrangência, o que afetou a força das associações e de algumas mutualidades que atuavam nestes domínios e que foram relegadas para um papel secundário. Em contrapartida, as cooperativas e as mutualidades voltadas para o mercado conquistaram um lugar de destaque. Apesar disso, tais organizações não possuíam uma identidade própria, atuando de acordo com princípios que pautam quer o setor público, quer o setor privado (Quintão, 2004).

Os direitos sociais que os trabalhadores assalariados conquistaram depois da Segunda Guerra Mundial camuflaram as perspetivas mais críticas acerca das suas condições de trabalho e de submissão da classe operária ao sistema capitalista. O facto de estarem empregados e através disso possuírem um certo reconhecimento social dissimulava a posição de sujeição e alienação dos trabalhadores típicos do modo de produção capitalista de acor-

³ Como veremos adiante, os catadores entrevistados recorrem no seu discurso ao termo “atravessador” para se referirem aos indivíduos que compram o material coletado por si e o vendem a um preço muito superior.

do com o conceito marxiano. Por sua vez, os movimentos sindicais tornaram-se veículos privilegiados de contestação dos direitos dos trabalhadores. Em conjunto, estes fatores concorreram para a perda de centralidade da ação das organizações da economia social e para o surgimento de contratos de assalariamento nas cooperativas. Embora se tenha mantido a dinâmica de criação de organizações da economia social, foi notório um afastamento face aos seus princípios fundadores de defesa dos interesses e resposta às necessidades de uma classe trabalhadora pauperizada. Desta forma, “[...] no limiar do século XX, a Economia Social começou a apresentar sinais de debilitamento. De um lado, o movimento operário perdeu aos poucos o seu élan mobilizador [...]. De outro lado, a Economia Social sofreu um processo de assimilação ao regime dual Estado – mercado” (Gaiger, 2009, p. 83).

Com a agudização do decréscimo econômico dos anos de 1970 e consequente redução dos apoios do Estado-Providência, a sociedade civil é chamada a intervir. Surge um pouco por toda a Europa Ocidental um novo setor de atividade designado de Terceiro Setor que se reforça para responder a necessidades que o mercado e o Estado não satisfaziam. O novo contexto social, político e económico é também propício à elaboração de respostas inéditas para os problemas crescentes de pobreza e exclusão social. Tais organizações financiam-se sob a forma de donativos, ajudas públicas, trabalho de voluntários, comercialização de produtos e serviços e cooperação com outras instituições (Quintão, 2004).

A massificação do desemprego estrutural fragilizou a estabilidade até então vivenciada pelos assalariados, manifesta na confiança da permanência num emprego para toda a vida. Não imunes a estas mudanças, os sindicatos perderam força e credibilidade, e o desemprego assume uma tendência galopante, cedendo os trabalhadores à flexibilização do trabalho/emprego.

O surgimento de uma nova economia social orientada para a prestação de serviços sociais, criação de trabalho e comércio justo aproximou-a de alguns pressupostos do Terceiro Setor, que adquire protagonismo na década de 1980 na Europa. A emergência de novos problemas sociais associados ao desemprego e exclusão social a que este tipo de economia procurava responder, levou a que alguns autores, como Singer (2004) e Gaiger (2009), recorressem ao conceito de economia solidária, noção que na América Latina remete “essencialmente ao

conjunto de iniciativas que, a partir da associação livre e democrática de trabalhadores, visam o ganho económico e benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã” (Gaiger, 2009, p. 85).

Nos anos 1990, em França, o conceito de economia solidária adquire visibilidade ao enfatizar os princípios tradicionais da economia social e ao realçar a importância de organizações promotoras de iniciativas que aliam a questão social, económica e política de resolução dos problemas sociais. O conceito destaca a democracia e a gestão participada que devem estar presentes neste tipo de organizações (Quintão, 2004).

Na ótica de Fernandes (1994), o conceito de economia social não consegue abranger as especificidades dos empreendimentos não governamentais da América Latina, em concreto do Brasil. O movimento da economia solidária, na sua formação, aparece muito vinculado às manifestações políticas, em especial às ideologias de esquerda e com forte influência marxista. A economia solidária é incitada pelas condições precárias de trabalho que afetam os grupos mais desfavorecidos da sociedade e procura potenciar a criação de meios a partir dos quais os indivíduos consigam obter rendimentos e integrar-se socialmente.

A economia solidária recupera, portanto, o ativismo político originário da economia social, traz-lhe um novo fulgor e a reorientação para práticas de solidariedade junto a grupos excluídos da sociedade (Singer, 2004). A sua expansão intensifica-se na América Latina e dá um novo fôlego ao campo económico dos países que a compõem.

Em particular “no Brasil fala-se de economia popular solidária, de socioeconomia solidária, de economia solidária e autogestionária. Mas, por vezes, aparece igualmente o termo economia social, usado alternativamente para a economia solidária” (Lechat, 2002, p. 132). Recorre-se ao termo de economia solidária para designar empreendimentos “onde o trabalhador se apodera de uma cidadania ativa em vista da construção de uma outra cultura económica e gerencial” (Lechat, 2002, p. 132).

Dos traços definidores dos conceitos de economia social e solidária

A economia solidária nasce no seio da economia social, podendo ser considerada como sua “filha” ou um seu “braço” que se distingue

desta pelas suas características mais autonomizadoras e empoderadoras dos atores envolvidos. É esta associação entre ambas que está na origem do uso frequente da designação de economia social e solidária.

Em Singer (2004), as práticas da economia solidária têm adquirido intensidade e dinamismo no interior do mercado informal de trabalho. Corresponde, por isso, ao veículo de aproximação ao todo económico daqueles que se situam numa condição de marginalização e que não conseguiram aceder a um posto de trabalho no sistema capitalista, ou que optaram por criar uma alternativa económica de vida para si e suas famílias.

Para Lisboa (2005), a economia solidária incorpora uma diversidade de agrupamentos coletivos que estimulam o trabalho e o rendimento. Inseridas no mercado, as diferentes práticas da economia solidária ficam sujeitas às suas pressões, pois não se limitam ao assistencialismo e preveem um retorno financeiro que lhes confira a possibilidade de reinvestimento, expansão e autossustentabilidade, ao contrário de outros conjuntos organizacionais do Terceiro Setor ou mesmo da economia social. No entanto, as práticas da economia solidária não se tornam “escravas” do capital, ambicionam antes um retorno justo e afastado da subordinação dos indivíduos às lógicas de produção capitalistas e de devastação desmesurada dos recursos. Nesta linha de pensamento, Lisboa (2005, p. 14) caracteriza a economia solidária à luz dos contributos de Marx como um novo modo de produção, “pois trata-se de novas relações tanto na produção como na repartição de excedente”, como de consumo.

Apesar de prevalecer uma diversidade entre as definições de economia social e solidária, constata-se uma consonância na aceitação do seu carácter democrático e colaborativo. Mais do que isso, são ambas cada vez mais perspectivadas enquanto via de potenciação de trabalho e de rendimento. Ressalvamos, contudo, que, embora exijam vantagem competitiva e de adaptação ao mercado, o facto de a sua sustentabilidade depender de uma gestão muitas vezes pouco profissionalizada constitui uma das suas maiores fragilidades (Culti *et al.*, 2010).

As organizações da economia solidária pautam-se pelos princípios de autogestão e de participação democrática mediante novos procedimentos de gestão do trabalho, dos recursos e de envolvimento das pessoas. A este respeito, Quintão (2004, p. 8) defende que

“mais do que expressar uma diferença conceptual relevante, a utilidade desta designação é chamar a atenção sobre as novas gerações de organizações que, de uma forma geral, expressam necessidades específicas em relação às tradicionais e instituídas organizações da economia social”.

É importante reter que a economia solidária integra as relações de mercado; aliás a integração neste campo contribui para o seu crescimento e aprendizagem (Culti *et al.*, 2010). De igual modo, não é, como algumas vezes é considerada, um modo diferente de caridade; pelo contrário, os trabalhadores da economia solidária possuem uma relação de trabalho, mais ou menos formalizada, com a organização onde exercem funções, tendo que cumprir regras sustentadas nos pressupostos já mencionados.

A economia solidária posiciona-se como promotora do desenvolvimento endógeno local e regional. Incentiva a sustentabilidade económica e ambiental e a inclusão social. Além de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos diretamente envolvidos na sua estrutura organizacional, adquire ressonância na comunidade onde se encontra localizada (Culti *et al.*, 2010).

Das especificidades da economia solidária brasileira

As práticas de economia solidária no Brasil manifestam-se a partir de 1980 com o apoio de movimentos religiosos e dos novos movimentos sociais, em especial das organizações não governamentais (ONG). No seu âmbito, verifica-se uma multiplicidade de experiências de empreendedorismo, tais como os bancos populares, as cooperativas de crédito, os bancos comunitários, o *comércio justo* e o cooperativismo popular (Filho, 2007).

O crescimento do capitalismo industrial no período que sucedeu a Segunda Grande Guerra despoletou novas formas de desigualdades sociais. A força e influência da classe burguesa era tão intensa que suprimiu a criação de benefícios e de instituições vocacionadas para a proteção social. No período de ditadura brasileira, de 1964 a 1985, poucas foram as medidas direcionadas para a criação de proteção social. Assistesse mesmo à minimização das ações da sociedade civil devido a pressões do regime político.

Entretanto, e em paralelo com esta situação, emergem novos movimentos sociais, entre os quais a ala progressista da Igreja Católica, os seguidores da Teologia da Libertação e grupos

de defesa da preservação do ambiente, que impulsionam o fortalecimento da sociedade civil (Serva e Andion, 2006).

O golpe militar de 1964, que instaura um regime autoritário e nacionalista, politicamente alinhado com os Estados Unidos, impede as intenções de implementação de um sistema de segurança social no país nos moldes europeus, dada a instabilidade política e económica e a proximidade com o modelo americano.

As transformações políticas e organizacionais que tiveram lugar depois de 1964 abriram caminho para um crescimento económico acelerado e, por efeito, ao reforço da agudização das disparidades entre grupos sociais, em particular os que estavam mais ligados às atividades agrícolas e ao pequeno comércio (Henrique, 1998). Apesar disso, foram raras as medidas criadas no sentido de esbater essas mesmas desigualdades.

Na verdade, o modelo de proteção social brasileiro possui certas características que o diferenciam dos demais. Enquanto na maioria dos países as classes populares influenciaram com as suas lutas a formação do Estado-Providência, no Brasil a reduzida capacidade de intervenção do operariado e dos camponeses reproduziu-se, não se constituindo um verdadeiro Estado-Providência, mas tão só apenas algumas medidas de segurança social.

Altamente centralizado e paternalista, o Estado brasileiro caminhou no sentido da privatização dos seus supostos eixos de atuação. Gomes (2006, p. 226) defende que “pode-se inferir que o sistema de seguridade social no Brasil, no contexto e nas características que assumiram a luta de classes e a composição dos blocos hegemónicos, ao contrário das experiências de países europeus no período pós-II Guerra Mundial, não reuniu condições suficientes para ser constituído”.

O Brasil, à semelhança de outros países, vivenciou a já referida crise económica de 1970 cujas repercussões tiveram um efeito direto no agravamento das condições económicas, da produção e acumulação de capital. Nos anos de 1980, o país enfrentava uma forte dívida externa, tendo o Estado se submetido a indicações internacionais, perdendo força e credibilidade financeira (Henrique, 1998). Adicionalmente, este período de grandes reformas políticas foi marcado pelo esforço de democratização do país, a partir de 1985.

No entanto, o ponto de viragem ocorre com a aprovação da Constituição de 1988, a denominada Constituição Cidadã, documento que

instituiu legalmente os princípios fundamentais para o exercício da cidadania, após um período de censura. Destacam-se a conquista de direitos sociais, entre eles o direito de voto para as pessoas analfabetas, o direito à greve, à liberdade sindical, o direito à saúde universal e gratuito, a diminuição da jornada de trabalho, o seguro desemprego, o alargamento temporal da licença de maternidade e a introdução da licença de paternidade, entre outros. Com um forte enfoque democrático, a Constituição de 1988 contou com a participação dos cidadãos (Rocha, 2008) que se moveram através da criação de emendas populares, consideradas na sua execução, num processo inédito de integração dos indivíduos na definição de direitos fundamentais.

O neoliberalismo ganha força nos inícios da década de 1990, conduzindo a economia brasileira para a abertura do seu mercado ao capital estrangeiro e a privatização do setor das empresas e dos serviços públicos (Henrique, 1998). Todavia, as taxas de desemprego de longa duração continuam a aumentar. À semelhança com os países do centro, exigia-se a redução dos benefícios laborais em prol de uma maior libertação do Estado e do patronato em face de encargos sociais. Tais medidas não tiveram o resultado esperado, a taxa de desemprego continuou a aumentar, a produtividade abrandou e a dependência financeira do Brasil manteve-se elevada. Desta forma, a flexibilização do trabalho e a redução da segurança social abrem caminho para novas modalidades de emprego tais como o trabalho informal, o autoemprego e a aposta na economia solidária (Barbosa, 2007).

De assinalar o impacto das ONG na reconfiguração dos empreendimentos da economia solidária, quer pela atração de pessoal qualificado responsável pela introdução de conhecimentos técnicos promotores da dinamização das organizações, quer na sua abrangência internacional potenciadora de redes com maior envergadura política e social (Serva e Andion, 2006). Na década de 90 do século XX, e como resultado das transformações sociais e políticas mundiais, as ONG mais antigas optam por direcionar maiores investimentos para os países com dificuldades crescentes de pobreza e exclusão social. As ONGs brasileiras passam a depender de ajudas estatais, transferindo o seu espectro de ação para todo o território nacional (Serva e Andion, 2006).

Em 1991, já em situação de vigência do regime democrático, é criada a Associação Bra-

sileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), que compactua com organizações que orientam as suas atividades no sentido do desenvolvimento sustentável e da solidariedade social. A Lei 9.790, aprovada em 1999, estabeleceu a criação da figura da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), direcionada para parcerias entre as organizações que a compõem e o Estado que suportaria financeiramente programas no âmbito das OSCIP. Esta cooperação vê a sua força minimizada anos mais tarde com a reformulação das políticas públicas (Serva e Andion, 2006).

A criação de uma rede da economia solidária coesa e disseminada é uma tentativa de colmatar a reduzida intervenção do Estado Brasileiro, estabelecendo-se como uma via complementar de obtenção de rendimentos, proteção e integração social. Parece ser claro para alguns autores, nomeadamente Gomes (2006), a relação entre o modelo inacabado de *welfare state* do Brasil e o alcance dos empreendimentos de economia solidária em todo o seu território. Em conjunto, estes fatores favoreceram o crescimento e valorização do trabalho informal. Por sua vez, face aos problemas sociais que surgiram no período que se sucedeu à ditadura militar é manifesta a urgência de um novo paradigma de gestão da coisa pública, com particular enfoque no poder local (Costa, 1996).

A conjuntura apresentada favoreceu a afirmação das organizações da economia solidária e a aposta no empreendedorismo como uma iniciativa centrada na autocriação de oportunidades de trabalho marcada, de acordo com a perspectiva schumpeteriana (Schumpeter, 1996 [1905-1950]), pela inovação e criatividade. A diminuição do crescimento económico, a desregulação da economia e das próprias relações laborais somadas ao desgaste das organizações ligadas ao capitalismo permitem que o empreendedorismo social (Parente e Quintão, 2014) seja visto como uma via de potenciação do mercado e de absorção dos indivíduos que não encontram lugar nas dinâmicas laborais assalariadas.

É no governo de Lula da Silva que, como referimos, as práticas da economia solidária se expandem. Trata-se de uma grande transformação na medida em que até a essa altura as políticas públicas eram apenas vinculadas ao trabalho assalariado, qualificação e pensões de desemprego. A consolidação da economia solidária foi impulsionada em 2003 na sequência da criação da Secretaria Nacional de Economia

Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE). Daqui decorreu a criação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) que agrega dados relativos aos empreendimentos da economia solidária, desde o seu registo, aos seus objetivos e iniciativas desenvolvidas. O primeiro mapeamento dos empreendimentos solidário foi feito, numa primeira fase em 2005, repetido em 2007 e mais recentemente, entre 2010 e 2012, procedeu-se a uma atualização dos dados, contabilizando-se 33.518 empreendimentos económicos solidários em todo o Brasil (SENAES, 2013). O SIES permite o conhecimento da economia solidária, constituindo-se como uma ferramenta importante na formulação de indicadores e na elaboração de políticas públicas.

A par disso foi criada a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), em 1994, e as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), em 1995, a funcionarem associadas às atividades de extensão universitária ou em ONG.

O desemprego galopante e o consequente aumento de pessoas em situação de marginalidade social das décadas de 1980 e 1990 abriram caminho para a consolidação de empresas da economia solidária – cooperativas e associações. Os Projetos Alternativos Comunitários (PAC) foram planeados para criar emprego e rendimentos para populações desfavorecidas. Tais projetos acabaram por assumir-se enquanto empresas da economia solidária, uns ainda dependentes financeiramente de associações religiosas e outros conquistando paulatinamente a sua emancipação. O controlo de empresas em falência abriu espaço para a intervenção da ANTEAG e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), representando um incentivo à agricultura através da formação de cooperativas autogestionárias.

Se, entre 1980 e 1990, a economia solidária era desvalorizada, carecendo de reconhecimento político e de pesquisa académica, a partir da década de 90 conquista visibilidade pública e política, bem como científica. Os centros de investigação dividem-se entre uma facção mais cética que perspetiva a economia solidária com desconfiança, e uma outra facção propagandista e ativista, que apoia e encabeça mesmo os movimentos de esclarecimento e disseminação dos seus pressupostos.

O novo milénio coloca a economia solidária no debate político na sequência da instauração

de organismos vocacionados para a sua regulamentação; no debate académico, ao constituir-se como objeto de investigação científica; e, por fim, no debate público, devido à conquista de visibilidade junto das populações e, em particular, dos grupos mais desfavorecidos (Gaiger, 2009).

Atualmente o movimento da economia solidária é impulsionado pelas organizações que seguem os seus pressupostos e que se agregam em redes e parcerias; as ONG e as instituições académicas e científicas que contribuem para a sua visibilidade e desenvolvimento; e os organismos públicos e políticos promotores de iniciativas direcionadas para a sua creditação e crescimento (MTE/SENAES/FBES, 2007).

É neste âmbito que surge a presente reflexão acerca dos catadores de material reproveitável e sobre uma das organizações que promove a sua integração social pelo trabalho.

A economia solidária na promoção da integração social pelo trabalho

O caminho da pesquisa: abordagem metodológica intensiva baseada num estudo de caso único

A associação em análise foi criada em 1990, com a atividade de recolha, separação e reciclagem de resíduos sólidos. Constitui-se com a missão de promover a integração social pelo trabalho, direcionado para populações desfavorecidas, cuja trajetória de vida está marcada pelo abandono familiar, toxicod dependência, alcoolismo e cumprimento de penas judiciais. A sustentabilidade económica da associação depende de donativos dos associados em bens ou dinheiro, parcerias estatais e outros recursos públicos. À semelhança de outras associações e cooperativas, esta constitui um apoio para o avanço de políticas públicas que se dirigem à emancipação profissional. As parcerias com o Estado permitem o apoio para a promoção das competências dos catadores e a sua integração social, sendo esta atuação que favoreceu a conquista de um lugar no mercado de trabalho e consequentemente na sociedade.

Sobre a associação e seus catadores, desenvolvemos uma abordagem metodológica de cariz intensivo, sob a forma de estudo de caso único. Como técnicas de recolha de informação, recorremos a fontes secundárias, à observação direta e às entrevistas. Aplicámos 16 entrevistas semidiretivas e 1 entrevista não estruturada

na modalidade de história de vida. Os dados foram examinados através de grelhas de análise de conteúdo categoriais (entre elas, uma análise SWOT) e da elaboração de uma história de vida. Dos 17 associados entrevistados, 14 desempenhavam atividade de catação e/ou triagem e/ou pesagem de material reciclável, 1 ex-catador assumia a função de gerente num dos restaurantes da associação e duas eram assistente sociais, uma delas estagiária.

Dos 15 catadores entrevistados, predominaram as mulheres (9), com uma média etária que ronda os 40 anos, sendo que o entrevistado mais novo tem 22 anos e o mais velho 71 anos. Regra geral, detêm baixos recursos educacionais: 12 indivíduos não possuem mais do que o equivalente ao 8º ano de escolaridade no sistema de ensino português, ou seja, o ensino fundamental no sistema de ensino brasileiro. Trabalham em média há 13 anos na organização: o tempo mais curto de permanência são 2 anos e o mais longo de 22 anos. Entrevistámos, portanto, indivíduos que fazem parte da associação desde a sua formação, para além de catadores com adesão recente.

Um caso híbrido entre empreendimentos dos tipos associativo e familiar

Um dos nossos objetivos empíricos foi o de perceber em que medida esta associação de catadores correspondia ao ideal-tipo de empreendimento da economia solidária. Para cumprir essa finalidade, recorreremos à tipologia proposta por Icaza em 2004, cujas características principais dos empreendimentos sintetizamos no quadro seguinte.

De acordo com os dados recolhidos, consideramos que a organização em estudo se situa num ponto intermédio entre os tipos 2 e 3, a saber: “empreendimento de carácter associativo” e o “empreendimento económico de carácter familiar com níveis de solidariedade e cooperação” (Quadro 1).

A outra característica em consonância com este tipo de empreendimento é aquela que afirma que o salário dos trabalhadores advém do resultado da sua produtividade, ou seja, os catadores recolhem material nas ruas, depois separam e pesam aquele que é possível de ser usado para a reciclagem, sendo deste que é aferido o salário.

No que concerne às particularidades do segundo tipo aludido – o “empreendimento econó-

Quadro 1. Tipologia de empreendimentos da economia solidária.

Chart 1. Typology of the solidarity economy organizations.

Tipos de empreendimentos	Caraterísticas fundamentais
Tipo 1 Empreendimentos económicos com traços predominantemente solidários	Democracia participativa
	Autogestão
	Repartição igualitária das sobras
	Partilha de instrumentos de trabalho, de equipamentos e de vendas
Tipo 2 Empreendimento de carácter associativo	As decisões são determinadas em conjunto, no entanto existem dirigentes que representam a associação
	Os rendimentos variam em resultado do contributo e trabalho individual
Tipo 3 Empreendimentos económicos de carácter familiar com níveis de solidariedade e cooperação	Níveis de democracia e de solidariedade variáveis
	Relativa debilidade financeira
	O seu carácter democrático deve-se mais aos vínculos dos seus membros do que propriamente ao cumprimento dos traços caracterizadores da economia solidária
	Criação por motivos de afastamento do mercado de trabalho associados a pobreza e exclusão social
Tipo 4 Empreendimentos económicos com traços predominantemente empresariais competitivos	As resoluções partem de gestores
	Os trabalhadores são maioritariamente assalariados
	Os pilares da economia solidária não passam de um formalismo, não cumpridos na prática organizacional

Fonte: Adaptado de Icaza (2004).

mico de carácter familiar com níveis de solidariedade e cooperação” – é assinalada a variabilidade dos padrões de exercício da democracia e solidariedade. Esta característica é manifesta quando globalmente os associados não exercem o seu direito de participação regular nas reuniões e decisões da organização e não veiculam as suas opiniões. Ainda assim, alguns entrevistados confirmam uma participação mais ativa na definição de resoluções em prol da associação. Vejamos o testemunho de duas entrevistadas que exemplificam os dois tipos de práticas:

Vou nas reuniões. Toda a reunião vou lá, eles discutem, mas eu não falo nada não (Rita, 40 anos, 15 anos na associação).

É... às vezes há uma discussão mas acaba correndo bem [...] Um pouquinho mais acesa, é que às vezes um não concorda com o que o outro quer. Mas até chegando a um consenso, todos discutem (Rosa, 39 anos, 6 anos na associação).

Constatamos igualmente que a associação é condicionada por apoios externos e, muitas vezes, encontra-se em situação de fragilidade financeira que põe em causa a continuidade do seu trabalho e dos projetos em curso por falta de financiamentos. Para tal, contribui a precariedade das parcerias e dos apoios financeiros públicos e privados, nem sempre garantidos, que questionam a sustentabilidade económica e o seu estatuto político e interventivo, bem como a variabilidade do valor do material para reciclar e o controlo dos atravessadores, que colocam, não raras vezes, a associação em situação de fragilidade económica, característica dos “empreendimentos económicos de carácter familiar com níveis de solidariedade e cooperação”.

A associação hoje infelizmente passa por uma situação financeira muito crítica, muito, problema muito sério. Porque sugaram bastante, levaram o modelo da associação [...] Então o que eu

produzo eu pago [...] nós estamos nas mãos dos atravessadores, que sugam os catadores, porque o catador mesmo não vê a cor do dinheiro. Quem vê são aqueles que têm aqui comprar e isso sim é dinheiro. Agora o catador que tá ralando, ele não vê. No dia em que tiver uma indústria de papel com incentivos de governos e essas coisas, aí o catador começa a ver a cor do dinheiro, começa a ganhar, porque aí eu tenho para onde escoar, enquanto eu tou na mão dos atravessadores é meio complicado (Roberto, 55 anos, 14 anos na associação).

A organização em análise contribuiu ao longo da sua existência para a inclusão e legitimação da categoria profissional dos catadores na Classificação Brasileira de Ocupações, representando um ganho assinável no percurso deste grupo, cujo passado foi marcado por perseguições e pela negação de qualquer valor económico e social. Deste modo, esta conquista parece-nos aproximar dos traços dos “*empreendimentos económicos de carácter familiar com níveis de solidariedade e cooperação*” ao promover a concretização dos ideais de democracia e a criação de relações de proximidade entre os seus membros, como nos demonstram os discursos citados.

Eu acho que sim né? Porque se o grupo não for unido nada vai para a frente né? [...] É no caso, já tem vinte e dois anos, o caso é que a coisa anda certo, entendeu? (Joaquim, 38 anos, 12 anos na associação).

De decisão? Decisões importantes na associação? [...] Muitas vezes eu oiço o meu colega, muitas vezes ele não tá no cargo da diretoria forte e eu oiço e passo aquilo que falou comigo prá diretoria, entendeu? A gente tá sempre ouvindo um ao outro. As decisões, quando é tomada decisões importantes a gente faz uma reunião, uma assembleia, faz uma assembleia para poder tomar decisão (Justino, 64 anos, 14 anos na associação).

De igual modo, os projetos financiados pelo poder local da cidade em que está localizada constituem uma possibilidade da associação melhorar as suas estruturas físicas, incentivar os catadores em iniciativas educacionais e culturais e participar em ações temporárias. Destaca-se o impacto que a afirmação da “causa verde” (Yearley, 1992), no final da década de 80 do século XX, assumiu na formação desta associação de catadores de material reaproveitável criada nesse mesmo período. Este tema alcança um lugar de destaque com o despertar de uma “onda verde” de preocupações que também contribui para a aprendizagem da democracia e da solidariedade.

Por último, e como anteriormente enumeramos, esta associação de catadores, à semelhança dos restantes empreendimentos incluídos no tipo de “*empreendimento económico de carácter familiar com níveis de solidariedade e cooperação*”, agrega associados advindo de situações de pobreza e exclusão social como moradores de rua, desempregados, toxicodependentes e ex-presidiários.

Corroboramos a aproximação da associação a um tipo ideal de organização de economia solidária recorrendo à tipologia concebida por Lisboa (2005), que, utilizando parâmetros diferentes dos de Icaza (2004) – os requisitos social, ambiental e económico do triângulo do desenvolvimento sustentável – permite classificar os âmbitos, os princípios e as práticas de atuação desta associação no universo das organizações que se distanciam das empresas capitalistas. Estes indicadores permitem compreender o enquadramento desta associação enquanto organização da economia solidária e as virtualidades que representa na integração de indivíduos em situação de exclusão social, comparativamente com uma organização de cariz capitalista.

No domínio ambiental, a associação desenvolve práticas que respeitam e defendem o ambiente e segue procedimentos que minimizam o impacto da ação humana no planeta Terra e na vida das populações mediante a recolha e triagem de material possível para reutilização. Responde de alguma forma aos receios e dúvidas referentes ao modo como os comportamentos presentes podem afetar as gerações futuras (Yearley, 1992). Este empreendimento organizado coletivamente por catadores tornou-se por isso também uma organização de vanguarda ambiental. Estas especificidades tornam-na alvo de interesse para pesquisas de vários domínios científicos. Embora não seja a causa verde que atraía os indivíduos para o trabalho na associação, os próprios acabam por identificar-se com esta missão e reconhecer-lhe utilidade social.

De acordo com critérios sociais, constatamos, como mostraremos mais aprofundadamente no ponto seguinte, que a integração da população de rua por força do exercício de uma ocupação assume destaque e impulsiona oportunidades no âmbito da saúde, habitação e educação. Trabalhar na associação desencadeou transformações positivas nas vidas destes indivíduos, nomeadamente a nível económico. Por sua vez, a ausência de contratos de trabalho de assalariamento e o envolvimento

dos associados/trabalhadores nas decisões confirmam as práticas económicas concordantes com a tipologia de organizações da economia solidária.

O trabalho numa organização como mecanismo de integração

Com o intuito de averiguar em que medida esta associação assume uma configuração organizacional e gestionária, que é responsável pelo desenvolvimento de práticas promotoras de modalidades de inserção social pelo trabalho, questionamos os catadores sobre os vários aspetos da sua relação com a associação na qual trabalham, focalizando a atenção nos seus modos de vida antes e depois da entrada na associação, bem como a sua participação no projeto organizacional.

A integração social pelo trabalho, enquanto missão primordial desta associação de catadores de material reaproveitável, encontra-se caucionada por diversas evidências empíricas. Embora alguns catadores relatem algumas resistências iniciais no processo de adaptação ao modelo de trabalho e de gestão da associação, encontram-se também casos bem-sucedidos e com avaliação satisfatória. O tempo parece ser um fator importante na familiarização dos indivíduos, quer com as tarefas de catar e separar material (quando estas representam uma novidade), quer na assimilação de normas e rotinas que fazem parte de qualquer organização, as quais desconheciam ou das quais se encontravam despojados por ausência de hábitos regulares de vida e de trabalho.

A primeira semana que eu trabalhei aqui, eu trabalhei chorando com vergonha de tar mexendo no lixo. Aí hoje eu estou reintegrado na sociedade novamente. Agradeço à associação e hoje eu tenho orgulho dela [...] Aprendi a amar a associação. Se eu hoje tenho onde morar, eu agradeço à associação e hoje eu tenho o conforto dentro de casa, tirado daqui (Justino, 64 anos, 14 anos na associação).

Regra geral, os catadores perspetivam a experiência laboral nesta associação como uma espécie de rito de passagem para uma aprendizagem ou uma ressocialização de determinadas condutas relacionais, da assimilação de comportamentos de “saber ser” e “saber fazer”, da aquisição de recursos que os capacitaram para projetarem novas experiências e adquirirem algum poder económico para subsistência autónoma.

É, eu pretendo estudar ainda, voltar ao estudo ainda. Eu sonho né? Ser grande como todo o mundo, o sonho de todo o mundo... Ter um próprio negócio para mim, eu pretendo ter um próprio negócio para mim, não trabalhar para os outros? (Rosa, 39 anos, 6 anos na associação).

É continuar, mas eu acho o seguinte: apesar do trabalho ser muito bom, eu tenho, lógico, de procurar coisas para fazer, outras ofertas. Só o que eu gosto de fazer? Eu gosto muito de comunicar, gosto muito de dar palestra nas empresas, gosto de conscientizar a população sobre o que acontece hoje no mundo, no meio ambiente. Isso é uma coisa que me sinto bem. Agora não adianta o que eu ganho, se sair para uma empresa e se me pagar duas, três vezes mais do que eu ganho aqui mas eu não faria aquilo que eu gosto de fazer, é meio complicado... [...] Então eu prefiro ficar aqui quem sabe uma hora aparece uma oportunidade, ter uma outra profissão, mas fazendo aquilo que eu gosto de fazer, que é essa comunicação com o povo (Roberto, 55 anos, 14 anos na associação).

Questionados acerca da possibilidade de retomarem os estudos, alguns catadores evidenciam vontade de investir numa maior formação. Porém, as atitudes face à prossecução dos estudos parecem estar correlacionadas com a idade. São os catadores mais jovens que manifestam vontade de prosseguir a sua formação escolar para depois conseguir um novo emprego.

Eu gostaria, viu? Que às vezes eu vou olhar os serviços e a maioria dos empregos que vi, em termos de escolaridade pelo menos é a 8ª série, né? Porque é mais fácil a pessoa ter escolaridade e arrumar um serviço do que uma pessoa que não tem (Conceição, 23 anos, 6 anos na associação).

Por oposição, defrontamo-nos com um grupo de catadores desmotivado para prosseguir os estudos, composto por indivíduos mais velhos e com maior tempo de permanência na associação e que, por esse motivo, mostram menor interesse na aquisição de novas competências e maior resistência em sair da associação para assumir funções noutra local. O depoimento de Maria focaliza-se na identidade conferida pela associação.

Eu tenho 40 anos então eu tenho que fazer meu pé-de-meia. Eu tenho que trabalhar para depois ganhar minha aposentadoria. Eu gosto do que faço. É isso que quer saber né? Se eu quero ficar mais aqui? Eu gosto de ser o que sou. Não me imagino a trabalhar noutra lugar, não (Maria, 40 anos, 22 anos na associação).

Porém, também esta vivência é variável. Para 3 dos catadores entrevistados, a associação de catadores não conduziu a nenhuma mudança nas suas vidas. Afirmam que o estilo de vida que possuíam se mantém semelhante àquele vivenciado no período que antecedeu a entrada na associação, como se pode verificar nos discursos de seguida transcritos:

O que mudou na minha vida? [...]. Para mim... para mim não mudou nada (Conceição, 23 anos, 6 anos na associação).

Mudou? Ah não, quando eu consegui minha casa tava trabalhando no depósito, foi o depósito mesmo lá que me ajudou, que eu tava trabalhando no depósito lá e eu comprei minha casa. O... O dono do depósito lá me deixou, me ajudou a colocar um dinheiro no banco. Porque aqui mesmo, não me ajudou em nada né? Ah é verdade... tar falando que me ajudou, tou mentido né? (Paulo, 40 anos, 15 anos na associação).

Na minha vida não mudou nada (Margarida, 22 anos, 8 anos na associação).

Interessante é constatar que genericamente o discurso destes 3 catadores revela uma grande insatisfação com o trabalho que desempenham, com o funcionamento da organização, com a sua participação nas decisões e a motivação para permanecer no posto de trabalho. É um grupo minoritário que não reconhece que as suas vidas tenham sido alteradas por força da sua inserção neste empreendimento da economia solidária. Uma das regularidades encontradas nos discursos prende-se com o facto de este grupo de catadores manter uma constante negatividade face à associação.

Ainda que não sem experiências distintas, parece-nos que globalmente este empreendimento da economia solidária despoletou transformações significativas na vida dos indivíduos mediante a sua integração pelo trabalho. Os catadores afirmam que a associação cedeu-lhes a possibilidade de reconquistarem dignidade e autoestima, e, além de um meio de sobrevivência económica, abriu caminho para fruírem de condições de ação social concedidas pela organização em parceria com outras instituições. A aprendizagem proporcionada teve um cariz profissional ao promover o contato com noções e procedimentos ligados à reciclagem, mas igualmente afetivo ao reataram laços amistosos e de parentesco, com formação de novas amizades e a reconstituição de relações familiares.

Aquele lixo que as pessoas falam que é lixo, na minha vida foi um tesouro. Porque eu criei os meus nove filhos, catando papel, tenho minha casa catando papel. E criei dignidade catando material. A associação é parte da minha vida (Ana, 71 anos, 22 anos na associação).

No que se refere às experiências biográficas posteriores à integração na associação, destaca-se a trajetória de um associado pelo sucesso da transformação. Não quer isto dizer que esta seja a trajetória típica, mas merece atenção pela força da mudança introduzida na vida de um catador.

Bruno viveu, enquanto catador, uma experiência na associação que constituiu o trampolim para a ocupação, primeiro, de funções com maior responsabilidade no armazém e, depois, o cargo de gerente no restaurante criado pela associação de catadores, este um empreendimento com fins lucrativos que alavanca a associação. A estas conquistas de Bruno está associado um forte investimento académico que faz com que o ex-catador ambicione abandonar brevemente a associação. A sua eventual saída representa uma perda para a mesma, pois, embora esta tenha como missão dotar os associados com instrumentos que os capacitem a gerir autonomamente os processos de integração social, acaba por não conseguir reter este tipo de pessoas no seu seio e incentivá-los a permanecer em benefício do projeto coletivo, tendo que recorrer de forma recorrente a pessoal externo para garantir a sua gestão.

Porém, a história de Bruno mostra como esta associação, enquanto empreendimento da economia solidária, consegue ser um mecanismo de capacitação profissional e de empoderamento pessoal para populações que, desprovidas de quaisquer recursos, alcançam estatutos profissionais qualificados, permitindo-lhes um processo de mobilidade social ascendente.

Se você tiver uma boa formação, você vai pegar os melhores empregos, vai ter uma vantagem em relação às outras pessoas. Agora, se você vem sem formação nenhuma, o único trabalho que você conhece é o trabalho braçal, então aí você vai encontrar um pouco de dificuldades, foi a dificuldade que eu encontrei.

Há, portanto, um efeito duplo e contraditório no processo de integração social pelo trabalho de Bruno e que sintetiza as próprias ambivalências dos empreendimentos de economia solidária. Se, por um lado, a capacitação que conquistou no interior da associação

de catadores lhe permite investir em novos desafios académicos e profissionais, que o levam a ter expectativas de integração em outro tipo de organizações mais prestigiadas, por outro, a força dessa integração afasta-o das áreas de gestão e de atividade da associação, retirando à associação mão de obra informada e qualificada, possível potenciadora de uma revitalização da sua ação e de uma maturação organizacional. Tal leva-nos a questionar se, do ponto de vista organizacional, estes empreendimentos não estarão vetados a não se reforçarem com mão de obra endógena, tendo necessidade de recrutar pessoas que, sendo exteriores, gerem a organização de acordo com modelos distintos na medida em que não têm a visão nem a vivência de pares. Face ao abandono daqueles que capacitados internamente não desejam permanecer afetos à organização e lutar pela sua estabilidade e crescimento, impõe-se-nos também questionar em que medida estas organizações terão condições gestonárias para uma fase de crescimento, dada a fraca capacidade de atrair e reter, por exemplo, gestores altamente qualificados, em virtude seja da imagem pública estigmatizada que estas organizações detêm, seja das baixas remunerações pagas (Preston, 1989).

Há como que um processo paradoxal em que a identificação com a associação, apesar de reconhecida por quase todos catadores, é igualmente uma força para a desvinculação da mesma, fruto de uma pluralidade de fatores, nomeadamente a necessidade de autoestima e de reconhecimento em outros setores que não o da economia informal, como é rotulada no Brasil a economia solidária, com todas as consequências nefastas para a sua identidade.

Por sua vez, o absentismo e a rotatividade⁴ dos trabalhadores causam alguns transtornos à organização. As causas estão ligadas ao alcoolismo e à ausência de um contrato e salário base que estabeleça a obrigatoriedade diária dos catadores.

Embora não haja, em rigor, esse valor calculado de forma estatística, os relatos e as observações apontam nesse sentido, pelo que esta constatação deve ser pesquisada com maior detalhe. Os catadores confessaram já ter saído da associação na ilusão de propostas de emprego mais favoráveis e terem reentrado após algumas tentativas malsucedidas. No momen-

to de aplicação de entrevistas, confirmamos essa regularidade, quando fomos confrontados com a necessidade metodológica de certificar alguns dados, e uma das entrevistadas estava ausente por se encontrar em experiência noutro tipo de trabalho, algo que acontece com regularidade, revelou a assistente social.

Outros dois fatores prejudiciais ao crescimento qualitativo e quantitativo da associação de catadores são a debilidade das suas estruturas físicas e o atraso tecnológico, ambos prejudiciais ao desempenho da organização e dos trabalhadores. A esse respeito, procuram-se adquirir financiamentos para ultrapassar o mais rápido possível esses entraves que não somente originam desmotivação nos associados como também passam uma imagem de degradação da associação e intimidam o seu prosseguimento.

Apesar destas ambiguidades, a organização parece ter conseguido criar uma imagem positiva do seu trabalho junto da sociedade e dos organismos estatais e privados, sendo uma associação de referências para outras do setor, de tal modo que está representada assiduamente em eventos promotores da economia solidária.

Esta associação só tem tudo de bom, ela faz um trabalho social né? Ela resgata a cidadania dos catadores da população de rua. Não... Hoje, eu vejo com pontos positivos. Eu não vejo pontos negativos com ela (Manuel, 40 anos, 15 anos na associação).

O facto de trabalharem com materiais que *a priori* não teriam qualquer utilidade confere aos catadores respeito e empatia por parte de uma sociedade cada vez mais alerta para a urgência da reutilização. Paralelamente, é um projeto que tem como missão a integração social ao ceder oportunidades de trabalho a uma população com um perfil que é, para o mercado de trabalho formal social, *inempregável*.

Reflexões conclusivas

Os empreendimentos da economia solidária, dotados de princípios que em muitas situações se afastam das organizações hegemónicas orientadas para maximização do lucro, ganham terreno e impacto no interior da so-

⁴ A rotatividade, por definição, agrega os movimentos de entrada e saída de uma organização (Chiavenato, 2004), é um indicador estatístico usado em contexto organizacional e mede a relação percentual entre trabalhadores admitidos e demitidos (Alves e Ozaki, 1999).

cidade brasileira. Trata-se de uma outra economia que simultaneamente complementa e provoca a economia capitalista, quer pelo seu compromisso de solidariedade e justiça social, quer pelas ideias de sustentabilidade econômica e ambiental.

Este novo paradigma transcende os mecanismos do mercado formal, alerta para a força do coletivo e dos objetivos comuns, aproximando os indivíduos por uma causa sua e dos outros que lhe são próximos. A economia solidária invoca e traz subjacente a mudança; mudança nos processos que aplica, mudança na vida dos que nela trabalham e mudança no meio que atua. Ela é, pois, um veículo de transformação integrador.

É ancorada nesta abordagem que surge esta associação de catadores de material reaproveitável, uma associação que acompanhou a luta dos catadores por uma vida mais digna, tornando-se na atualidade uma organização reconhecida e que atua em parceria com várias entidades públicas e privadas. Nesse sentido, é considerada uma boa prática da economia solidária (Schiochet e Brandes, 2009; Leite, 2011).

A história de vida de Bruno, construída e modificada na e pela associação, reflete o impulso que estes empreendimentos são capazes de despoletar na vida das pessoas. Tornam-nos membros ativos e responsáveis pelo seu presente e futuro, concedendo-lhes oportunidades não só de obtenção de rendimento, mas também de formação educativa e cívica. Porém, nem sempre tal acontece, e também temos exemplos de experiências menos bem-sucedidos, para não focar todos os casos mal-sucedidos que passam pela associação, sem permanecerem e sem dela retirarem qualquer aprendizagem ou benefício. Com estas pessoas não foi possível contactar.

Destaque ainda para o facto de não existirem mecanismos capazes de fixar, a longo prazo, os associados mais escolarizados e com maiores expectativas profissionais aos empreendimentos de economia solidária, o que é um desafio a resolver, pois representam problema iminente de gestão, não permitindo promover a sua independência face a direções externas, para quem a experiência de exclusão social é apenas observacional (e não vivida na primeira pessoa).

Este tipo de empreendimentos está igualmente sujeito a fragilidades que comprometem e fragilizam a sua ação, que vão desde a dependência política e económica dos organismos estatais às exigências da própria socieda-

de. Contudo, é analogamente no seu interior que se evidenciam fraquezas limitativas ao seu amadurecimento, nomeadamente ao nível das estratégias gestionárias. As pressões mais proeminentes são a debilidade financeira.

A partir deste caso, pretendemos demonstrar as potencialidades e as limitações de algumas das organizações da economia solidária para a dinamização e integração de indivíduos que se encontram afastados do mercado de trabalho. Uma integração não sustentada por princípios de caridade, mas alicerçada em propostas de mudança e na qual o indivíduo possui voz ativa e interferência no que acontece. Este exemplo reflete de que modo iniciativas como estas revitalizam o tecido económico e capacitam os seus intervenientes, absorvendo a força de trabalho, promovendo a sua individualidade e o poder de mudança.

Referências

- ALVES, L.; OZAKI, Y. 2009. Em busca da gestão estratégica da rotatividade de pessoal: estudo realizado na empresa A. Relá S/A. *Revista de Ciências Gerenciais*, **13**(18):163-176.
- AMARO, R. 2009. Economia solidária da Macaronésia: um novo conceito. *Revista de Economia Solidária ACEESA*, **1**(1):8-19.
- BARBOSA, R. 2007. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e resignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo, Cortez, 320 p.
- BRASIL. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 292 p.
- CHIAVENATO, I. 2004. *Gestão de pessoas*. Rio de Janeiro, Elsevier, 491 p.
- COSTA, J. 1996. A resignificação do local: o imaginário político brasileiro pós- 88. *Revista São Paulo em Perspetiva*, **10**(3):113-118.
- CULTI, M.; KOYAMA, M.; TRINDADE, M. 2010. *Economia Solidária no Brasil. Tipologias dos Empreendimentos Económicos Solidários*. São Paulo, Todos os Bichos, 120 p.
- DIAS, S. 2002. *Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE*. Belo Horizonte, MG. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 204 p.
- FERNANDES, C. 1994. *Privado Porém Público: o Terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro, Cívicus, 156 p.
- MTE; SENAES; FBES. 2007. *Economia solidária, outra economia acontece: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social*, Brasília. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B59B49C012B5DD948C22F07/impreso3_cartilha_32pg_web.pdf Acesso em: 03/02/2015.

- FILHO, G. 2007. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 7(1):155-174.
- GAIGER, L. 2009. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 84(1):81-99.
<http://dx.doi.org/10.4000/rccs.401>
- GOMES, F. 2006. Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 40(2):201-236.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122006000200003>
- GOMES, M. 2012. *Empreendimentos solidários e integração social pelo trabalho: o caso da Associação dos Catadores do Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE)*. Porto, Portugal. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto, 130 p.
- HENRIQUE, W. 1998. Crise econômica e ajuste social no Brasil. In: M. OLIVEIRA (org.), *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. São Paulo, UNICAMP, p. 155-178.
- ICAZA, A. 2004. Solidariedade, Autogestão e Cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In: L.I. GAIGER (org.), *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p.17-54.
- LECHAT, N. 2002. Economia social, economia solidária, terceiro setor: de que se trata? *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 2(1):123-140.
- LEITE, M. 2011. Cooperativas e trabalho: um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo. In: M. LEITE, I. GEORGES (ed.), *Novas configurações do trabalho e Economia Solidária*. São Paulo, Editora Annablume, p. 227-268.
- LISBOA, A. 2005. Economia Solidária e autogestão: imprecisões e limites. *Revista de Administração de Empresas*, 43(3):109-115.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902005000300006>
- PARENTE, C. 2012. *Empreendedorismo social: do contexto político às práticas de implementação: um estudo comparado Brasil-Portugal*. Belo Horizonte, MG. Tese de Pós-Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 63 p.
- PARENTE, C.; QUINTÃO, C. 2014. Uma abordagem eclética ao empreendedorismo social. In: C. PARENTE (org.), *Empreendedorismo Social em Portugal*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 11-74.
- PRESTON, A. 1989. The nonprofit worker in a for-profit world. *Journal of Labour Economics*, 7(4):438-463. <http://dx.doi.org/10.1086/298216>
- QUINTÃO, C. 2004. Terceiro Sector – elementos para a referenciação teórica e conceptual. In: Congresso Português de Sociologia, V, Porto, 2004. *Atas...* Porto, Repositório Aberto, 15 p. Disponível em: <http://repositori.oaberto.up.pt/bitstream/10216/54377/2/ISWP52004000122487.pdf>. Acesso em: 15/01/2015.
- ROCHA, E. 2008. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: F. VAZ (coord.), *20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social*, Brasília, Anfp, p. 249-254.
- SCHIOCHET, V.; BRANDES, M. 2009. Espaços e cadeiras produtivas solidárias: o caso da reciclagem. In: Encontro de Economia Catarinense, III, Blumenau, 2009. *Anais...* Blumenau, FURB, 14 p. Disponível em: http://www.apec.unesc.net/artigos_IIIIEEC.html. Acesso em: 25/02/2015.
- SCHUMPETER, J. 1996 [1905-1950]. *Essays: managers, innovation, business cycles and capitalism evolution*. Oeiras, Celta, 349 p.
- SENAES. 2013. *Boletim Informativo – Edição Especial*, Base de Dados do SIES. Brasília. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>. Acesso em 25/01/2015.
- SERVA, M.; ANDION, C. 2006. A Economia Social no Brasil: panorama de um campo em transformação. In: J. URALDE (org.), *La Economía Social en Iberoamérica: un acercamiento a su realidad*. Fundación Iberoamericana de la Economía Social. Madrid, Gráficas Papallona, p. 339-357.
- SINGER, P. 2004. *Introdução à Economia Solidária*. 4ª ed., São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 127 p.
- YEARLEY, S. 1992. *The green case: a sociology of environmental issues, arguments and politics*. London, Routledge, 208 p.

Submetido: 22/03/2015

Aceito: 30/04/2015